

Frege: verdade e pensamento na Lógica (1897) e em *der Gedanke*¹

Marcos Amatucci*

Recebido: 11/2014

Aprovado: 12/2014

Resumo: O conceito de verdade e de pensamento, bem como a defesa anti-psicologista de uma epistemologia objetiva da Lógica, presentes em *der Gedanke* de 1918, não significam uma ruptura em relação ao pensamento anterior de Frege, mas em essência já estavam presentes no texto de publicação póstuma Lógica, de 1897. A novidade em *der Gedanke* é uma argumentação contra o Princípio de Imanência, que Frege verifica estar presente em toda a argumentação psicologista de seus contemporâneos. O conceito objetivo de verdade leva à postulação do terceiro reino, dos objetos não-reais e objetivos, ao qual o pensamento pertence.

Palavras-chave: Verdade, Lógica, Anti-psicologismo, Frege, Imanência, Pensamento.

Abstract: The concept of truth and of thought, as well as the anti-psychologist defence of an objective Logic, which are present in *der Gedanke* of 1918, do not represent a shift in Frege's previous thoughts, but were already in essence present in the posthumous text *Logic* of 1897. The novelty in *der Gedanke* is an argument against the Immanent Principle, which Frege finds in all arguments of the psychologists of his time. The objective concept of truth leads to the postulation of a third realm, the realm of non-real and objective objects, to which the thought belongs.

Keywords: Truth, Logic, anti-psychologism, Frege, Immanency, Thought.

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da argumentação sobre os conceitos de verdade e pensamento, entre os textos Lógica de 1897 e *der Gedanke*, de 1918; e mostrar que esta concepção de verdade é a matriz do “terceiro reino” (reino dos objetos não-reais e objetivos) ao qual os pensamentos devem pertencer como base para uma Lógica

* Doutorando em Filosofia pela PUC/SP. Em@il: marcosamatucci@espm.br
Problemata: R. Intern. Fil. v. 5, n. 2 (2014), p. 344-357 e-ISSN 2236-8612
doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v5i2.21487>

objetivamente fundamentada; e que esta tese já está presente na Lógica de 1897 e tem no *der Gedanke*, não uma ruptura, mas um aprofundamento e complementação da argumentação em favor de uma tese já presente no primeiro texto.

Os textos foram escritos por Frege no contexto de sua crítica ao psicologismo, em sua busca de uma fundamentação epistemológica da Lógica que, nesta esfera, independa de fatos psicológicos.

Em ambos os textos Frege inicia com a discussão da verdade, que é quem deve dar à Lógica direção e objetivo. Em *der Gedanke* compara o papel da verdade na Lógica ao do bem na Ética e ao do belo na Estética: servir de finalidade. Mas a comparação não vai além disso; pois a verdade tem, em sua relação com a Lógica, características únicas.

Os conceitos de verdade e pensamento são desta maneira imbricados: Frege apresenta o conceito de verdade como predicação, em contraposição a correspondência; depois discute qual a natureza dos objetos que podem ser assim predicados e, descartando objetos reais do mundo externo e representações do mundo interno, chega ao conceito de pensamento, o qual passa a qualificar e a contrapor a representações. Desemboca num terceiro reino, o dos objetos não-reais e objetivos. Em *der Gedanke*, discute ainda a natureza do “pensar”: captar pensamentos, e demonstra a possibilidade de que a captação aconteça num indivíduo, e que o mesmo pensamento possa ser captado por dois indivíduos.

Peculiaridades da verdade como predicação

A verdade tem, em comparação com o bem e o belo na relação com suas respectivas ciências, características peculiares. A primeira delas é que a verdade é uma predicação pressuposta nas proposições: quando afirmamos “a soma dos ângulos internos do triângulo é 180 graus” pressupomos “é verdade que [...]” como parte da asserção. Além disso, acrescentar à proposição verdadeira “é verdade que” não modifica favoravelmente (ou de outro modo) seu significado nem sua compreensão.

Outra diferença importante com o bem e com o belo é o que pode ser predicado como verdadeiro. Que tipo de objetos a verdade pode predicar?

Não pode predicar objetos materiais, sensíveis, pois não há nenhum sentido lógico em tais predicacões, como por exemplo em “esta cadeira é verdadeira”. Pode-se, segundo Frege, *em outro sentido*, predicar como verdadeiras as obras de arte: no sentido de original ou autêntica, mas não no sentido da verdade lógica.

Se não pode predicar objetos materiais poderia predicar ideias (*Vorstellungen*)? Frege passa então a discutir a predicacão de ideias, um dos pontos importantes de sua crítica ao psicologismo. Ora, o que poderia ser uma ideia verdadeira? Frege em diversos momentos nos dois textos compara as representacões ou ideias com figuras. Então, o que poderíamos significar predicando verdade para uma tal representacão? As representacões, como as figuras, não poderiam verdadeiras ou falsas por si próprias, mas apenas em referênci a alguma correspondênci entre a ideia e um fato da realidade. Entramos então no campo da verdade como correspondênci. O problema da correspondênci entre uma ideia e um fato da realidade é o mesmo da correspondênci entre uma imagem gráfic a e um fato da realidade: em que consiste tanto essa correspondênci quanto a predicacão de verdade a ela?

Temos que abrir um parêntesis sobre o conceito de verdade como correspondênci, critério que Frege não aceita e critica.

O problema da verdade como correspondênci é criticado por Frege de três maneiras no *der Gedanke*, a terceira delas – a melhor, segundo o comentário de Costa (Costa & Frege, 1999) – já presente na *Lógica* de 1897. Esta discussão é bastante sucinta no texto de 1897, e mais elaborada, ocupa mais espaço e possui um número maior de argumentos, em *der Gedanke*.

O primeiro argumento, em *der Gedanke*, afirma que a correspondênci é uma relacão, enquanto a verdade não é um termo relacional:

com base nisso pode-se supor que a verdade consiste na correspondênci de uma figura com aquilo que é figurado. Mas isso é contradito pelo uso da palavra ‘verdade’, que não é um termo relacional, não contendo

nenhuma indicação de uma outra coisa, à qual algo deva corresponder [DG:159].

O segundo argumento contra a verdade como correspondência é o de que só pode existir correspondência perfeita entre iguais; não há correspondência perfeita entre figura e fato pois estes objetos são de natureza diferente. Portanto, para admitir correspondência entre figura (ou ideia) e fato, teríamos forçosamente que aceitar uma “aproximação” de correspondência, e portanto correspondências maiores e menores: ou seja, uma gradação na correspondência (como num concurso de desenhistas que copiam o mesmo modelo). A verdade na lógica, porém, não tem gradação: ou algo é verdadeiro, ou é falso; algo não pode ser “mais verdadeiro” do que outra coisa.

O terceiro argumento, que está presente também na Lógica de 1897, é o de que para afirmar que uma ideia ou figura corresponde a um fato da realidade temos que ter um critério de correspondência, isto é, a afirmação de que “é verdade que...” a correspondência existe deve ser julgada, e receber a predicação. Então o problema da valoração é transferido para o julgamento da (veracidade da) correspondência: quando uma correspondência é verdadeira? Como valorar a correspondência?

Este argumento é apresentado com variações em *der Gedanke* e na Lógica de 1897. Na Lógica de 1897, Frege diz que esta definição de verdade desemboca numa petição de princípio: para afirmar a correspondência temos que pressupor a predicação de verdade (da correspondência) que queremos demonstrar:

if, for example, we wished to say ‘an idea is true if it agrees with reality’, nothing would be achieved, since in order to apply this definition we should have to decide whether some idea or other did agree with reality. Thus we should have to presuppose the very thing that is being defined [LO:128].

Em *der Gedanke*, o argumento da necessidade de se valorar a correspondência é problematizado como incorrer numa série infinita (Costa, 1999:3), ou “voltar ao começo”:

não se pode estabelecer que a verdade ocorre quando a correspondência se dá de uma certa maneira? Mas qual?

O que precisaríamos então fazer para decidir se algo é verdadeiro? Precisaríamos investigar se seria verdade que – algo como uma representação e algo real – se correspondem da maneira estabelecida. E com isso estaríamos novamente diante de uma questão da mesma espécie, e o jogo poderia começar outra vez [DG:159].

Por este motivo, Frege, em ambos os textos, termina a negação do critério de correspondência com a impossibilidade de se definir ‘verdade’, e postula a verdade como conceito primitivo, uma vez que é impossível decompô-la em elementos mais simples, ou defini-la de modo a tornar seu conceito mais claro:

the same would hold of any definition of the form ‘A is true if and only if it has such-and-such properties or stands in such-and-such relation to such-and-such thing. [...] Truth is obviously something so primitive and simple that it is not possible to reduce it to anything still simpler [LO:128-129].

Em *der Gedanke* o argumento segue-se da citação anterior:

mas assim fracassa também qualquer outra tentativa de definir a verdade. Pois em uma definição devem ser especificadas características. E pela aplicação a qualquer caso particular surgiria sempre a questão de se saber se seria verdade que as características estariam presentes. Girar-se-ia então em círculos. Isso torna provável que o conteúdo da palavra ‘verdade’ seja *sui generis* e indefinível [DG:160].

A conclusão em ambos os textos é a de que verdade é um conceito primitivo que não admite definição, mas apenas propriedades, como o ponto ou a reta na geometria.

O que pode receber a predicação de verdadeiro

Voltemos então ao problema de predicar ideias. Refutando a noção de verdade como correspondência, Frege descarta a possibilidade de verdade predicar ideias (em alemão, *Vorstellungen*, ou representações) ou a correspondência entre estas e fatos. Na Lógica, Frege argumenta que a melhor maneira

de se comunicar uma ideia é através de uma figura; e no caso do pensamento, uma frase. No *der Gedanke*, Frege aprofunda a discussão sobre o que são representações (a qual será retomada na próxima seção). Nesta discutiremos o caráter das frases que podem ser valoradas.

Resta portanto a predicação de frases. Aceita-se comumente que verdade predica frases. Este fato necessita de refinamento. Não é a sequência de sons que compõem uma frase que recebe a predicação de verdade, nem os símbolos da escrita (que não passam de rabiscos para quem não lê a língua), mas seu sentido. A sequência de sons ou os rabiscos são alterados se traduzimos a frase de uma língua para outra; o sentido pode permanecer (na verdade a frase pode ser alterada de diversas outras maneiras, sem perder o seu sentido: utilizando-se sinônimos, passando da voz ativa para a voz passiva etc.)

O sentido de uma frase é o que Frege chama de pensamento, e é precisamente este o que pode ser predicado como verdadeiro. Como veremos, sendo o pensamento não sensível, requer um portador para ser captado, e a frase é este portador. Mas nem todas as frases.

Nem toda a frase conduz um pensamento. Algumas são portadoras de conceitos fictícios, como textos literários ou teatrais; o lógico não precisa se ocupar delas mais do que o meteorologista deve ocupar-se com os trovões simulados no teatro. Mais uma vez a discussão é mais sucinta na Lógica de 1897 e desenvolvida no *der Gedanke*.

Neste Frege explica que a frase é portadora de seu sentido (e assim, portadora de verdade), mas pode em sua forma conter mais ou menos do que o sentido que carrega. Se contém pressupostos (como espaço e tempo: por exemplo, “O céu está nublado”, pressupõe para ser julgado, como parte do sentido, um lugar e um momento onde o céu encontra-se ou não naquele estado), como também toda a *indexicalia*, como em “*eu* bati no seu carro” ou “José deixou seu carro *aqui*”, depende de se saber quem é o “*eu*” que compõe o sujeito da frase ou o “*aqui*” onde o carro foi deixado (assim como a perfeita identificação de qual ‘José’ se fala; se os interlocutores não compartilham a referência dos nomes próprios não poderão compartilhar o pensamento). A frase pode também conter elementos assessórios, estéticos ou linguísticos, que não interferem no julgamento de verdade, que

ultrapassam o sentido que carrega, como a inserção de palavras como ‘ainda’ ou ‘já’.

O pensamento, o sentido da frase, é o que pode ser valorado.

Pensamentos: objetos não-reais objetivos

Pensamento é portanto o sentido de uma frase completa. É não-sensível e não obstante pode ser não somente captado mas também compartilhado por diferentes indivíduos.

Na Lógica de 1897, Frege novamente faz uma discussão sucinta, apresentando a contraposição entre representações e pensamentos, sem alongar-se no próprio conceito de representações, comparando-as a figuras, distinguindo-as de percepções, e retomando a discussão de correspondência, para depois concentrar-se na contraposição entre estas e o pensamento:

by an idea [Vorstellung] we understand a picture that is called up by imagination: unlike a perception it does not consist of present impressions, but of the reactivated traces of past impressions or actions. Like any other picture, an idea is not true in itself, but only on relation to something to which it is meant to correspond. [LO:131]

Aqui o argumento anti-psicologista, de que pensamentos não são representações nem combinações de representações, presente em *der Gedanke*, já se desenha em todo o seu conteúdo: a ideia de uma rosa vermelha é diferente do pensamento de que ‘a rosa é vermelha’. O primeiro é uma representação e não pode ser valorado; o segundo é um pensamento e pode ser portador de verdade.

Em *der Gedanke*, a discussão sobre as representações é extensa começa com a própria definição do que elas são:

Mesmo o homem não-filosófico se vê cedo na necessidade de reconhecer um mundo interior, diferente do mundo exterior; um mundo de impressões sensíveis, de criações de seu poder imaginativo, de sensações, de emoções, de sentimentos e de estados de alma; um mundo de inclinações, de desejos e de volições. Para dispor de uma expressão breve, quero reunir isso tudo, à exceção das volições, sob o termo ‘representação’ [Vorstellung]. [DG:167]

Portanto uma representação (ou ideia na presente tradução) pertence ao mundo interior, privado, de um ser humano, e não possui identidade numérica (não é “a mesma”) com representação similar – por mais qualitativamente similar que seja – em outro ser humano: cada um tem a sua representação, e cada um é sujeito e portador das suas representações, que não subsistem no mundo sem o seu sujeito portador.

Como vai contrapor-se ao argumento psicologista de que pensamentos são representações ou combinações de representações, Frege aprofunda-se na discussão acerca dessas propriedades das representações. Em que elas se distinguem dos objetos do mundo exterior?

Frege lista quatro aspectos. Primeiro, representações não são sensíveis: “*não podem ser vistas ou tocadas, nem cheiradas, nem degustadas, nem ouvidas*” [DG:8]. Segundo, representações são “*tidas*”: “*Tem-se sensações, sentimentos, estados de alma, inclinações, desejos*”. [id.ib.]. Isso significa o modo e o lugar onde acontecem: surgem na e pertencem ao conteúdo da consciência do indivíduo. Terceiro, as representações necessitam de um portador, em comparação com a autossuficiência dos objetos do mundo exterior. Finalmente, a unicidade de cada representação reforça a sua ligação e dependência com seu sujeito portador:

[...] cada representação tem apenas um portador; dois homens não tem a mesma representação. Senão ela subsistiria independentemente deste ou daquele indivíduo [DG:178].

Sendo uma representação privada, as ideias dependem de um sujeito portador que as tenha, e são únicas para cada sujeito – dois sujeitos podem ter representações semelhantes, qualitativamente equivalentes, mas essas não possuirão identidade numérica, isto é, não serão *a mesma* no sentido de serem uma só.

Quando, por exemplo, dois sujeitos observam o mesmo telefone sobre a mesa, o objeto é o mesmo, numericamente uno e idêntico a si próprio, existe apenas uma vez; as representações que os sujeitos têm deste objeto são porém duas, similares, mas não são a mesma – cada um tem a sua. Além disso, o telefone subsiste independentemente da percepção que deles tenham os

sujeitos, e mesmo se eles não o perceberem; enquanto que o mesmo não acontece com suas representações do telefone: estas não subsistem, mas necessitam de *portadores*.

Esta discussão tem o objetivo de afirmar que os pensamentos não são representações. Não podem sê-lo, se quisermos que sejam os portadores de verdade, e que a verdade seja objetiva, isto é, não dependa do sujeito. Senão teríamos uma verdade para cada um:

retornando agora à questão: é o pensamento uma representação? Se o pensamento que eu enuncio com o teorema de Pitágoras pode ser reconhecido como verdadeiro, tanto por outros quanto por mim, então ele não pertence ao conteúdo de minha consciência, então eu não sou seu portador e posso apesar disso reconhecê-lo como verdadeiro [DG:179].

Este ponto é central na argumentação de Frege contra uma fundamentação psicológica da Lógica e da Aritmética, e Frege em ambos os textos descarrega suas baterias buscando demonstrar que a identificação de pensamento com representação leva ao absurdo. Apoiando-se no caráter privado e subjetivo das representações, Frege argumenta que não há como se ter verdade lógica, nem argumentação e nem ciência, se a verdade não predicar um sentido objetivo de asserções. Na Lógica de 1897 compara a afirmação contrária com o paradoxo dos cretenses:

if anyone tried to contradict the statement that what is true is true independently of our recognizing it as such, he would by this very assertion contradict what he had asserted; he would be in a similar position to the Cretan that said that all the Cretans are liars [LO:132].

Prossegue elaborando esse argumento, afirmando que para ser consistente uma pessoa que assim pensasse não teria direito de contradizer a opinião contrária; tal pessoa na verdade não estaria afirmando nada, e mesmo que sua fala tivesse o formato de proposições, teria o mesmo status de interjeições.

Ao contrário, os pensamentos são providos de objetividade tal que não precisam sequer ser pensados para serem verdadeiros. As leis da natureza, que são captadas na forma de pensamentos, valiam antes de serem descobertas por algum

sujeito. Pensamentos são assim entidades platônicas de existência eterna, não pertencem a nenhum sujeito particular, mas (1) podem ser captados e (2) podem ser eficazes no mundo. Dois problemas a serem tratados mais adiante.

Em *der Gedanke* esta argumentação é mais sucinta do que na Lógica de 1897. Frege limita-a a dois parágrafos onde mostra que não poderíamos ter um teorema de Pitágoras comum, caso este fosse representação; mas cada um teria o seu teorema de Pitágoras, com resultados variados: um poderia ser verdadeiro, e o outro poderia ser falso.

Encontramo-nos então diante da dificuldade de que, para poder ser predicado verdadeiro, o pensamento não pode ser um ser real e objetivo, e nem não-real e subjetivo. Pois, como vimos, objetos materiais e sensíveis (reais) não são verdadeiros ou falsos no sentido lógico; e não podem ser ideias (não-reais e subjetivas) senão em um sentido de correspondência o qual foi descartado. Então deve ser objetivo e não-real.

Frege chega portanto ao fato de que pensamentos, os únicos objetos portadores de verdade, são não-reais e objetivos. É obrigado a postular um terceiro reino (*drittes Reich*), o reino do não-real e objetivo, em contraposição aos reinos do real objetivo e do não-real subjetivo. Ele compartilha da objetividade dos objetos do mundo exterior, e da não-sensibilidade das representações.

Esta última característica oferece uma dificuldade suplementar, que Frege deve suplantar: supondo a existência de objetos não-reais e objetivos, se não são sensíveis, como pode o sujeito captá-los?

Possibilidade de captar pensamentos e o Princípio da Imanência

Esta questão surge da postulação do pensamento como objetos não-reais e objetivos. Se não são reais são não-sensíveis; se são não sensíveis e não pertencem ao conteúdo da consciência, como podem ser captados?

Esta objeção Frege trata com sutileza. Sua argumentação é a de que ele não necessita demonstrar *como* são captados, mas sim somente *que* são captados. Frege argumenta que as duas perguntas pertencem a ciências diferentes – a primeira, o *como*, podendo ser relegada à Psicologia, da mesma forma que o *como* chegamos a acreditar que um pensamento é verdadeiro é fundamentalmente diferente das bases que temos para justificar

tal crença. Na Lógica de 1897 Frege argumenta que a Lógica não tem que se ocupar com o processo de como apreendemos pensamentos justamente porque este é um processo mental, e os pensamentos, dos quais a Lógica se ocupa com exclusividade, não têm nada de mental, mas existência própria. Portanto a Psicologia que se ocupe dos processos mentais e deixe-se a Lógica ocupar-se com as verdades objetivas. O fenômeno da captação de pensamentos envolve portanto duas ciências, e a Psicologia não pode se apropriar de todo ele.

But still the grasping of this law is a mental process!
Yes, indeed, but it is a process which takes place on the very confines of the mental and which for that reason cannot be completely understood from a purely psychological standpoint. [...] It is enough for us that we can grasp thoughts and recognize them to be true; how this takes place is a question in its own right [LO:145].

Para exemplificar, Frege cita o caso do químico que utiliza sua visão, olfato e paladar para a determinação de leis químicas, sem se importar como aqueles sentidos funcionam. Da mesma maneira, se nos deparamos na floresta com um casal de animais desconhecidos acompanhados de sua ninhada, podemos constatar *que* eles se reproduzem, sem saber o *como*.

No *der Gedanke* a discussão sobre a possibilidade de se captar pensamentos atinge o seu ponto máximo. É possível que Frege, entre um texto e outro, tenha chegado à conclusão de que o pressuposto de seus opositores, ao sustentar que pensamentos são conteúdos de consciência, é o Princípio de Imanência, ou ao menos uma de suas consequências, a de que só temos acesso a conteúdos de consciência. É contra esta formulação que Frege vai argumentar.

Esta discussão é estruturada e analisada em (Porta, 2009). Podem duas pessoas captarem o mesmo pensamento? Para isso deve demonstrar antes que uma pessoa pode captar um pensamento. E para isso deve negar que só podemos ter acesso aos nossos conteúdos de consciência. O argumento de Frege não é demonstrar que podemos ter acesso a objetos transcendentais, mas demonstrar por absurdo que o pressuposto de que só podemos ter acesso a representações leva a uma contradição.

O argumento é assim estruturado: (1) só temos acesso a representações (p); (2) as representações necessitam de um portador (caso contrário seriam autossuficientes e portanto não

seriam representações); (3) o portador das representações é um “eu”; (4) o “eu” não pode ser uma representação (caso contrário, teríamos uma representação como portadora de outra representação, e outra representação como portadora desta, e assim numa série infinita, de infinitos “eus”, o que é absurdo); logo, (5) existe pelo menos algo que não é representação à qual temos acesso, pois o eu é dado à consciência de cada um ($\sim p$). Portanto, pressupondo p (1) chegamos a $\sim p$ (5), e negamos p.

Mas então há algo que não é minha representação e que pode ser objeto de minha consideração, de meu pensamento; eu próprio sou tal coisa. [...] É portanto falso o princípio segundo o qual só pode ser objeto de minha consideração, de meu pensamento, o que pertence ao conteúdo de minha consciência [DG:175].

O argumento prossegue no sentido de que, se podemos ter em consideração coisas que não são conteúdos de consciência, nada obsta que possam considerar que outras pessoas também o façam. Frege traz uma terceira pessoa para sua argumentação: dois médicos discutindo a dor de um paciente. O objeto do diálogo entre os médicos não é a representação de cada qual (que podem exercer um papel auxiliar em seu raciocínio, tal como um rascunho no papel); mas é o mesmo objeto que será medicado, a dor real do paciente.

Abre-se a possibilidade de captar-se objetos reais, mas e os objetos não-sensíveis? Pode-se ainda objetar que o fato de dois indivíduos captarem objetos reais não implica em que possam (ou cada um deles possa) captar pensamentos, que são não-sensíveis: “*A alguns parecerá, eu penso, impossível obter conhecimento de algo que não pertença ao seu mundo interior, a não ser pela percepção sensível*” [DG:178].

A resposta de Frege é uma breve teoria da percepção de objetos externos, com a qual mostra que algo não sensível deve estar presente no processo de percepção:

à percepção sensível pertence, é certo, como constituinte necessário, a impressão sensível, e essa é parte do mundo interior. [...] Ter impressões visuais é de fato necessário para se verem as coisas, mas não é suficiente. O que ainda precisa ser adicionado nada tem de sensível. E é isso exatamente o que nos descerra o mundo exterior; pois, sem esse algo não-sensível, cada qual permaneceria fechado em seu mundo interior.

Assim, dado que o fator decisivo permanece no domínio do não-sensível, algo não-sensível, mesmo sem a colaboração de impressões sensíveis, poderia conduzir-nos para fora do mundo interior e possibilitar-nos a apreensão de pensamentos [DG:178].

Portanto, o concurso de um fator não-sensível que nos permite a percepção dos objetos externos é o mesmo que possibilita a captação de pensamentos. Como o objetivo da argumentação era demonstrar essa possibilidade, ela está completa: é possível captar pensamentos.

Eficácia do pensamento no mundo real

O segundo problema colocado pela postulação do terceiro reino é sua eficácia no mundo real. Se os pensamentos são objetos não-reais, como podem atuar no mundo real?

Na Lógica de 1897 Frege lembra que as leis da gravitação não puxam os planetas nesta ou naquela direção, embora possamos dizer que estes se movimentem de acordo com aquelas leis. Mas que o conhecimento que o homem tem das leis da natureza influencia suas decisões e dessa maneira afetam o curso da História.

O problema consiste em trazer um objeto platônico para dentro do tempo, do mundo da determinação, onde possa causar efeitos. Em *der Gedanke*, afirma: “*Mesmo o atemporal, se é algo para nós, precisa de algum modo envolver-se com a temporalidade*” [DG:181]. Para isso precisa de um médium (no sentido de meio), que é o próprio ser pensante: o próprio ser que apreende pensamentos. É através de ser captado, ser considerado verdadeiro, que passa a fazer parte dos acontecimentos do mundo: “[...] sua eficiência é liberada através da ação do ser pensante, sem a qual ficaria sem efeito [...]” [DG:181].

É portanto o sujeito, que capta pensamentos e age no mundo, o meio pelo qual o pensamento atua sobre a temporalidade.

Comentários finais

O problema da objetividade da verdade, como fundamento epistemológico da Lógica, leva à caracterização do pensamento, seu portador, como objeto não-real e objetivo, para o que um

terceiro reino, separado do mundo interior subjetivo e do mundo exterior real, deve ser postulado. Para isto ser possível, é necessário negar o Princípio da Imanência e demonstrar a possibilidade de que um sujeito possa captar objetos não-sensíveis, e que dois sujeitos possam compartilhar o mesmo pensamento. *Der Gedanke* não apresenta, em relação à Lógica de 1897, nenhuma ruptura ou volta atrás no pensamento de Frege, mas um aprofundamento e uma complementação de argumentos que vêm a corroborar uma tese que lá já estava presente.

Bibliografia

- COSTA, C. F.; FREGE, G. (1999). *Estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. [DG]
FREGE, G. (1991). Posthumous writings. [LO]
PORTA, M. A. G. (2009). A crítica de Frege ao idealismo em *Der Gedanke*. *Veritas—Revista de Filosofia da PUCRS*, 54 (2).

Notas

¹ Utilizamos para este trabalho a tradução em inglês da Lógica de 1897 publicada em (Frege, 1991), aqui simbolizada por [LO]; e a tradução de Cláudio F. Costa de *der Gedanke* publicada em (Costa & Frege, 1999). A introdução e comentário de Costa estão no mesmo volume e levam a mesma citação. Quando nos referimos ao texto de Frege utilizamos [DG].